

DECRETO Nº 2.231/99

Súmula: Regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

LINO MARTINS, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial as contidas na Lei Municipal nº 1.959/95 de 29 de dezembro de 1995,

DECRETA

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica regulamentado o Fundo Municipal de Assistência Social, criado pelo art. 1º da Lei Municipal nº 1.959/95, que será gerido e administrado na forma deste decreto.

Art. 2º - O fundo tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiamento das ações na área da Assistência Social.

Art. 3º - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, conforme art. 2º da Lei nº 1.959/95:

- I. Dotação específica, consignada no Orçamento Municipal, para Assistência Social;
- II. Recursos provenientes das transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;
- III. Transferências do Exterior;
- IV. Transferências do Município;
- V. Dotações Orçamentárias da União e dos Estados consignadas especificamente para o atendimento do disposto nesta Lei;
- VI. Produtos de arrecadação de multas e juros de mora, conforme destinação em Lei específica;
- VII. Outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º - Os recursos que compõem o Fundo Municipal serão depositados em Instituições Financeiras Oficiais, em conta especial, sob a denominação FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS.

§ 2º - Os recursos do FMAS deverão ser exclusivamente carreados para a contemplação dos programas de Assistência Social eleitos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - O FMAS será gerido pela Secretaria de Ação Social do Município, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social e permanecerá vinculado ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social e à Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 1º - A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS constará da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º - O orçamento do FMAS integrará o orçamento do órgão da Administração Pública Municipal responsável pela Assistência Social.

§ 3º - Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social serão geridos pela Secretaria de Ação Social conjuntamente com a Secretaria da Fazenda.

Art. 5º - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social FMAS serão aplicados em:

- I) – Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social ou por órgãos conveniados;
- II) – Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público ou privado para execução de projetos e programas específicos do setor da assistência social;
- III) Aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
- IV) Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;
- V) Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;
- VI) Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de Assistência Social;

VII) Pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social.

Art. 6º - O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social devidamente registradas no CNAS será efetivado por intermédio do FMAS, do acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajuste e/ou similares, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 7º - As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 09 de junho de 1999.

Lino Martins
Prefeito Municipal